

QUE METODOLOGIA PARA A IGREJA MINISTERIAL?

Na série de partilhas e reflexões que propomos neste ano dedicado à ministerialidade, não pode faltar um contributo sobre a questão metodológica. Na *Evangelii Gaudium* (EG 24), o Papa Francisco ilustra com cinco verbos os elementos salientes de um agir ministerial: tomar a iniciativa, envolver-se, acompanhar, frutificar, festejar. Mas do ponto de vista prático, como se pode pôr em prática todo este modo orgânico, sistemático? Nesta reflexão sugerimos que a metodologia do ciclo pastoral seja um património eclesial que muito tem a oferecer a este propósito.

O ciclo pastoral

O ciclo pastoral é uma evolução do método da «revisão de vida» desenvolvido por Joseph Cardijn nos anos 1920, conhecido como «ver – julgar – agir». O presbítero belga, que vinha de uma formação sociopolítica, tinha desenvolvido esta abordagem no contexto do seu ministério com o movimento da juventude operária cristã, para um acompanhamento dos jovens em ambientes em que proliferava a orientação socialista e comunista, com preconceitos anticlericais. Tinha intuído, de facto, a necessidade de um método adequado à pastoral de uma Igreja em saída.

A grande intuição de Cardijn foi a de ligar ciências sociais e ministério pastoral, num processo integrado. Na altura, esta metodologia difundiu-se em todo o mundo católico, até ser oficialmente reconhecida na encíclica *Mater et Magistra* (1961) como a metodologia da pastoral social (n.º 217 na versão italiana da encíclica – curiosamente encontra-se no n.º 236 da versão inglesa do texto). Em seguida, encontra acolhimento na América Latina, graças ao movimento da teologia da libertação e continua a difundir-se em diversos contextos, adaptando-se a lugares e tempos particulares. Assim, hoje esta metodologia é conhecida com nomes diferentes (círculo pastoral, ou ciclo, ou espiral, etc.) e é articulada em quatro, cinco ou mesmo seis fases, mas, fundamentalmente, trata-se do mesmo método. O esquema de base permanece o do ver – julgar – agir. Mas depois acrescenta-se um primeiro momento de inserção, passagem fundamental para uma abordagem ministerial. A isto seguem-se a análise sociocultural (ver), que faz uso das ciências humanas e sociais, e a reflexão teológica (julgar), em que se confronta com o Evangelho e a tradição social da

Igreja. A fase do agir, depois, pode ser formalmente articulada em várias passagens para sublinhar a importância de alguns aspectos que frequentemente são esquecidos ou descurados, como por exemplo a verificação e a celebração.



Actualidade do ciclo pastoral: a força da inserção

Hoje é evidente que esta metodologia é preciosíssima não só para a pastoral social, mas para uma qualquer iniciativa de tipo ministerial. Antes de mais porque o acompanhamento pastoral implica o desenvolver de relações que geram vida, o ver a experiência humana, as situações, as problemáticas das pessoas do seu ponto de vista, com empatia. Sobretudo, é fundamental o saber colher o ponto de partida para um acompanhamento que conduza à regeneração das pessoas e das comunidades, que geralmente está ligado à sua experiência de vida, à motivação e energia emotiva que pode gerar, e à criticidade da situação. É graças à inserção que um agente pastoral está em condições de colher tudo isto, de tomar a iniciativa, sair em direcção às periferias humanas e existenciais e envolver-se. Do ponto de vista comboniano, a inserção é uma característica carismática (cf. *Ratio missionis*), em que se exprime o fazer causa comum e se colhe a hora de Deus no contexto em que se desenvolve o ministério, especialmente nas situações de crise.

Uma análise sociocultural que desperta a esperança

Aqui se entronca o acompanhamento pastoral, entendido no sentido de tornar a gente protagonista do seu caminho, superando paternalismos e situações de dependência (cf. a regeneração da África com a África). Trata-se de caminhar com a gente em direcção a uma regeneração no Ressuscitado, um caminho de transformação que nasce das situações particulares em que cada um se encontra. Situações que não-de ser compreendidas não só a nível dos sintomas, mas das causas profundas dos problemas. Quando uma comunidade, um grupo humano não entende com clareza as causas da sua condição de mal-estar, ou de pobreza, não é capaz de a influenciar significativamente e tende a desencorajar-se, a resignar-se, a dobrar-se no próprio íntimo para reconquistar um espaço próprio de controlo na sua vida. Além disso, torna apetecíveis grandes simplificações, leituras desviantes da realidade, instrumento muito usado hoje para manipular as pessoas numa lógica de domínio. Mas quando compreende criticamente a sua condição e o contexto global, renasce a esperança e reapropria-se do seu poder de mudar as coisas.

A reflexão teológica: chave da transformação

A fase de análise ajuda também a fazer emergir as próprias contradições e dilemas, que oferecem um óptimo ponto de partida para uma reflexão sobre a experiência, em chave de fé, que completa o discernimento. Esta é a reflexão teológica que caracteriza o ciclo pastoral e que resulta numa decisão de empreender um curso de acção. É verdadeiramente o ponto de viragem do caminho de regeneração no Ressuscitado, um dom de graça. E é também o lugar em que acontece o diálogo entre a experiência, o vivido da gente, e as perspectivas de sentido que a guiam, que interpretam acontecimentos e situações: um diálogo entre os valores culturais, uma cosmovisão e o Evangelho, ou mesmo um processo que oferece as condições para uma encarnação do Evangelho. Trata-se de um momento propício para a conversão do coração, para a consciência de um encontro autêntico com o Ressuscitado, descobrindo assim também uma vocação a responder à situação sobre a qual se reflectiu.

Como sobressai também no Plano de Comboni (E 2742), esta reflexão leva a encarar a realidade com os olhos da fé e a responder com determinação, consistência e profecia aos convites do Espírito.

O estilo colaborativo da acção

A fase da acção, por fim, é mais articulada. Habitualmente, requer uma programação e, por vezes, pode mesmo requerer tempo e energias para apetrechar-se de modo a obter ou desenvolver as competências necessárias. De facto, o acompanhamento ministerial implica facilitar uma contínua formação e organização dos grupos e comunidades com as quais se partilha o caminho, que é tanto mais eficaz quanto mais participado, a partir da própria programação. É bom que esta preveja os mecanismos de monitorização e verificação, que doutro modo são facilmente esquecidos ou ignorados.

A abordagem ministerial funda-se na colaboração de equipas pastorais, na sinodalidade, no fazer redes e no estilo de serviço, tudo numa óptica de processo partilhado. Claramente, tudo isto não se improvisa, requer organização e atitudes de abertura, humildade e confiança. Não basta agir, é preciso também reflectir juntos sobre o que se faz, sobre como se o faz, sobre os resultados da acção, sobre o que se está a aprender e sobretudo sobre a presença e acção de Deus ao longo de todo o percurso. É no momento da celebração que tudo isto sobressai, se aprofunda, se enriquece de nova consciência, de novos dons, de renovada inspiração, como também da possibilidade de regenerar relações e construir comunhão. Assim se festeja a vida doada e recebida ao longo do percurso, que não significa tanto «celebrar sucessos», mas reconhecer que «as obras de Deus nascem aos pés da cruz». Daqui brota o impulso para inaugurar um ulterior ciclo ministerial.

Em conclusão, impõem-se duas considerações: em primeiro lugar, que o ciclo pastoral, como metodologia ministerial, requer competências que devem ser adquiridas e desenvolvidas. Não que todos devam saber tudo, mas num contexto de equipas ministeriais é bom que se consiga dominar um conjunto articulado de instrumentos, uma espécie de «caixa de ferramentas». E depois devemos perguntar-nos como podemos facilitar a aquisição destas competências, quer a nível de formação de base, quer de missão, num contexto de formação permanente que tenha presente a especificidade das situações e necessidades.

Ir. Alberto Parise, mcccj